

1 **Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no**  
2 **ano de 2025, realizada no dia 12 de agosto de 2025 (terça-feira), às 14h**, no formato online,  
3 com a seguinte **ordem do dia**: 1 - Abertura; 2 – Aprovação da ata da 2ª R. O. do CBH-BPSI do  
4 ano de 2025; 3 – Aprovação de Resolução para hierarquização de áreas prioritárias para  
5 investimento em saneamento rural; 4 – Solicitação de vagas no GTMC e no GT Lagoas,  
6 apresentada pela Associação Raízes; 5 – Informações sobre o Simpósio de Recursos Hídricos  
7 do Norte Fluminense - Tema: Segurança Hídrica da Baixada Campista, a ser realizado no dia  
8 **27/08/25; 6 – Informes; 7 – Encerramento. Item 1 – Abertura:** Abertura realizada pelo Diretor  
9 Presidente, Zenilson Coutinho (Asflucan) em primeira chamada às 14h20, com dezesseis  
10 membros titulares presentes. Integrantes da Agevap presentes: Amaro Neto, Anna Letícia,  
11 Antonio Ednaldo, Ingrid Delgado e Thaís Nacif. **Item 2 - Aprovação da ata da 2ª R. O. do CBH-**  
12 **BPSI do ano de 2025:** Zenilson Coutinho pediu para Thaís Nacif projetar na reunião a minuta  
13 da ata em questão. Thaís Nacif explicou que a secretaria recebeu do representante da OAB,  
14 Jeferson Fernandes, um pedido de alteração na minuta da ata que seria colocada para análise  
15 da plenária. Jeferson Fernandes discordou de que sua solicitação de ajuste na ata precisasse  
16 de apreciação da plenária, pois considerou como fato conhecido. Thaís explicou que o Jeferson  
17 na ocasião manifestou sua opinião, mas não houve deliberação expressa, como quis dar a  
18 entender o Jeferson. José Armando Ribeiro Barreto apoiou Jeferson, afirmando que, embora  
19 não tenha havido votação, houve concordância da plenária sobre o que Jeferson havia dito.  
20 José Armando Ribeiro Barreto expressou frustração, sentindo que a soberania da plenária  
21 estava sendo questionada e que decisões anteriores não estavam sendo respeitadas, citando  
22 a decisão da cota de 2,15 que não estava sendo implementada. João Gomes Siqueira  
23 esclareceu que a plenária estaria aprovando a *construção* da resolução, não a resolução em  
24 si, que precisaria passar por outras instâncias antes da aprovação final. Thaís falou que não  
25 houve deliberação expressa em reunião. Explicou que o Jeferson apresentou seu  
26 posicionamento, mas que não foi tratado como deliberação. Falou que a assessoria jurídica  
27 da Agevap foi consultada a pedido do diretório colegiado do Comitê e que esta assessoria  
28 orientou que, conforme seu regimento interno, o Comitê poderia ter sua deliberação realizada  
29 em reunião e registrada em ata, sem necessidade de resolução, ou seja, era opcional. Ingrid  
30 Delgado, representando a AGEVAP, esclareceu que a consulta jurídica foi feita a pedido da  
31 diretoria para orientar as discussões e garantir que os ritos regimentais sejam seguidos, e que  
32 não houve julgamento sobre a fala de Jeferson. Ela enfatizou que o procedimento padrão de  
33 aprovação não foi seguido na reunião anterior, onde a fala de Jeferson foi proferida. Jeferson  
34 afirmou que a decisão de cota pelo GTMC é ato normativo e, por isso, conforme determina o  
35 próprio regimento, deve ser feita através de resolução. Jeferson pediu que constasse na ata  
36 da última reunião sua fala completa, mesmo que não ficasse registrado que houve a  
37 aprovação expressa da plenária. Thaís explicou que essa plenária pode deliberar que seja  
38 minutada uma resolução no âmbito do GTMC para que a plenária analise e aprove que a  
39 decisão da cota seja apresentada também em forma de resolução. Jeferson disse que não  
40 precisaria ir ao GTMC, pois a plenária pode definir. Disse se tratar mais de um costume do que

41 uma exigência normativa. João esclareceu que a decisão da cota está tomada e vem sendo  
42 cumprida, e que será feito apenas a redação em forma de resolução. A plenária aprovou a  
43 edição de uma resolução para formalizar a última decisão do GTMC, sobre cota de  
44 inverno/período de estiagem do ano de 2025 para a Lagoa Feia. João Gomes registrou seu  
45 respeito aos posicionamentos do Jeferson, disse que, mesmo que discorde eventualmente,  
46 reconhece que o Jeferson promove discussões sadias. Falou que considerou esta reunião um  
47 importante exercício democrático. A ata da 2ª R. O. foi aprovada com a inclusão de parte da  
48 fala solicitada pelo Jeferson. **Item 3 – Aprovação de Resolução para hierarquização de áreas**  
49 **prioritárias para investimento em saneamento rural:** Thais Nacif introduziu o item da pauta,  
50 que era a aprovação da resolução para hierarquização de áreas prioritárias para investimento  
51 em saneamento rural. Ela informou que a minuta foi construída no GT Saneamento Rural,  
52 discutida e aprovada, e também passou pela Câmara Técnica Consultiva (CTC), sendo agora  
53 apresentada por Antonio Ednaldo Souza Oliveira e Ingrid Delgado para aprovação em plenária.  
54 Antonio Ednaldo Souza Oliveira contextualizou que a pauta vem sendo desenvolvida desde  
55 2023, com o objetivo de otimizar recursos e fazer uma única licitação para quatro comitês,  
56 sendo este o último a definir suas prioridades. Ingrid Delgado complementou a introdução,  
57 explicando que o projeto Sanear, já bem-sucedido em outras bacias como Guandu, Baía de  
58 Guanabara e Ilha Grande, surgiu como uma grande oportunidade para os quatro comitês  
59 afluentes do Rio Paraíba do Sul. Ela destacou que a contratação em conjunto e por lotes  
60 otimiza recursos. A primeira etapa foi a aprovação no final do ano passado, e a etapa atual  
61 envolve a hierarquização das microbacias para definir onde os investimentos serão realizados,  
62 baseada em um estudo técnico e critérios adequados e coerentes com os investimentos.  
63 Ingrid Delgado detalhou que, após a aprovação da hierarquização, os próximos passos incluem  
64 georreferenciamento, levantamento de propriedades e contato com os municípios  
65 contemplados, visando ter o orçamento e termo de referência prontos até o final do ano para  
66 dar início à contratação. Antonio Ednaldo reforçou a importância do saneamento rural na  
67 gestão de recursos hídricos, especialmente com o avanço das concessões desde 2021, e a  
68 experiência de outras bacias otimizará a aplicação dos recursos no comitê. Antonio Ednaldo  
69 explicou que a minuta da resolução cria o programa Sanear do Baixo Paraíba do Sul e  
70 Itabapoana, estabelecendo a hierarquização de áreas rurais para implementar soluções  
71 individuais de saneamento e esgotamento sanitário, com foco na população rural e bairros  
72 fora das áreas de concessão privada. Eles utilizaram uma metodologia baseada em resolução  
73 do Piabanha, analisando dez indicadores com apoio da sala de monitoramento. A divisão  
74 territorial foi feita em 13 sub-bacias da Região Hidrográfica IX (RH IX) do Estado do Rio de  
75 Janeiro, o que auxilia no diagnóstico e na eficiência da alocação de recursos, diferente de uma  
76 análise por município. Antonio Ednaldo detalhou os indicadores utilizados: o primeiro foi o  
77 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), priorizando bacias com menor IDH, como Baixada  
78 do Arroz, Guaxindiba e Campelo. O segundo indicador foi a população rural, com as bacias do  
79 Muriaé, Paraíba do Sul e Itabapoana liderando em contingente populacional. O terceiro foi o  
80 percentual de carga orgânica lançada, destacando Pirapitinga, Pomba e Baixada do Arroz

81 como as que mais lançam esgoto. O quarto indicador foi a identificação de áreas de cabeceira,  
82 priorizando a montante da bacia, com Rio Preto, Macabu e Imbé pontuando melhor. O quinto  
83 indicador foi a concentração de Áreas de Interesse para Proteção e Recuperação de  
84 Mananciais (AIPMs), com Itabapoana, Muriaé e Macabu com maior número de AIPMs  
85 menores. Antonio Ednaldo continuou a apresentação dos indicadores: o sexto foi o uso e  
86 cobertura do solo, priorizando áreas mais antropizadas com menor remanescente florestal,  
87 onde Pirapitinga, Itabapoana e Rio Preto se destacaram. O sétimo indicador foi a concentração  
88 de pontos de interferência, ou seja, onde há maior demanda por recursos hídricos, com  
89 Paraíba do Sul, Muriaé e Itabapoana sendo as mais pontuadas. O oitavo, similar ao anterior,  
90 analisou as sub-bacias com maior concentração de pontos de interferência (lançamentos),  
91 mantendo Paraíba do Sul, Muriaé e Itabapoana como as de maior pontuação. O nono  
92 indicador foi a proporção de Cadastros Ambientais Rurais (CAR), onde Pirapitinga, Rio Pomba  
93 e Itabapoana se destacaram. O décimo e último indicador foi a área rural, priorizando bacias  
94 com maior proporção de área rural, sendo Rio Preto, Muriaé e Itabapoana as que melhor  
95 pontuaram. Antonio Ednaldo apresentou a pontuação média dos dez indicadores para cada  
96 bacia, revelando que a bacia do Muriaé obteve a maior pontuação (72,22), seguida pela bacia  
97 do Paraíba do Sul e Itabapoana. A bacia do Muriaé foi indicada como a prioritária para  
98 investimentos em saneamento rural, fornecendo subsídio legal para a alocação de recursos.  
99 Ele ressaltou que a resolução pode ser revisitada e atualizada com o avanço do programa e  
100 dos investimentos, e que a divisão das sub-bacias também pode ser revisada no futuro.  
101 Jeferson Fernandes questionou sobre uma lei anterior que determinava um percentual de  
102 investimento em saneamento básico em áreas urbanas antes das rurais. João Gomes Siqueira  
103 esclareceu que essa lei foi revogada por outra que diminuiu o percentual obrigatório de 70%  
104 para 20%. João Gomes pediu para Ednaldo explicar como foram geradas as curvas de  
105 altimetria. Pediu também para explicar o critério para definição de treze sub-bacias e por  
106 último de onde ele retirou o mapa de uso e cobertura do solo apresentado. João pediu para,  
107 antes da publicação, a equipe atualizar as referências bibliográficas, o que não impede a  
108 aprovação da resolução na data de hoje. Foi aprovada a resolução por unanimidade. **Item 4 –**  
109 **Solicitação de vagas no GTMC e no GT Lagoas, apresentada pela Associação Raízes:** Foi  
110 aprovada por unanimidade a entrada da Associação Raízes como membro suplente no GTMC  
111 e no GT Lagoas. **Item 5 – Informações sobre o Simpósio de Recursos Hídricos do Norte**  
112 **Fluminense - Tema: Segurança Hídrica da Baixada Campista, a ser realizado no dia 27/08/25:**  
113 Thais Nacif apresentou o quinto item da pauta, o Simpósio de Recursos Hídricos do Norte  
114 Fluminense, que ocorrerá em 27 de agosto de 2025, no Centro de Convenções da UENF, com  
115 o tema "Segurança Hídrica da Baixada Campista". João Gomes enfatizou a importância do  
116 evento, que celebrará a entrega de três marcos significativos para a região, incluindo a  
117 inauguração da sala da placa em São João da Barra e a destinação de 76 milhões de reais em  
118 compensação ambiental de Furnas, o maior recurso desse tipo no Brasil. Destacou que Thais  
119 Nacif, Monique Soares e Ingrid Delgado são as responsáveis pela organização do Simpósio.  
120 Thais Nacif detalhou a programação, que inclui palestras e um histórico do trabalho do Comitê



121 do Baixo com o CEIVAP e órgãos gestores na manhã do dia 27, seguido da inauguração da Sala  
122 de Monitoramento, com novas melhorias e equipamentos. A tarde será dedicada à entrega  
123 dos recursos para o projeto de recuperação de comportas e canais da Baixada Campista, com  
124 a presença de autoridades como o Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional e a  
125 Presidente da Agência Nacional de Águas. João Gomes e Monique Soares reforçaram a  
126 importância da participação dos membros do comitê no simpósio, destacando que o comitê  
127 é o anfitrião do evento e que o protagonismo deve ser assumido por todos para valorizar o  
128 trabalho do Comitê de Bacias do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Zenilson Coutinho  
129 mencionou que o Bispo de Campos foi convidado para dar uma bênção especial na sala do  
130 comitê. Monique Soares ressaltou que o evento colocará o comitê em um circuito nacional e  
131 demonstrará a história de construção e desenvolvimento de um estudo crucial para a região.  
132 João Gomes e Monique Soares enfatizaram que o projeto foi construído em várias oficinas  
133 com a participação de toda a população e membros do comitê, refletindo as expectativas e  
134 necessidades das pessoas da região. Esse processo colaborativo resultou em um projeto  
135 consistente e bem-sucedido, aceito em Furnas, que agora colhe frutos do trabalho realizado  
136 ao longo dos anos. Thais Nacif reiterou o convite para a participação de todos nos dias 27 e  
137 28 de agosto, ressaltando que a programação detalhada será divulgada em breve. João Gomes  
138 destacou a inauguração da nova sala de monitoramento, um espaço disponibilizado pela  
139 UENF, com um projeto de remodelação realizado pela AGEVAP, que também construiu e  
140 instalou um sistema de videowall. Monique Soares complementou que a sede do comitê é  
141 agora a mais bonita da região, com uma nova identidade visual vibrante que representa o  
142 novo logo e reflete a região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. **Item 6 – Informes:** José  
143 Armando Barreto levantou a questão da luta para que a região seja declarada semiárida,  
144 mencionando que o prefeito Wladimir que, na época deputado, apresentou um projeto de lei  
145 nesse sentido devido à inconstância climática. Ele informou que haverá uma reunião em 15  
146 de agosto na sede da Emater, em Itaperuna, com a presença de autoridades como o Senador  
147 Portinho e o Secretário Especial de Assuntos Federativos, André Ceciliano, para reforçar essa  
148 demanda. Zenilson Coutinho acrescentou que essa batalha pela declaração de semiárido  
149 remonta à época da Constituição, com o deputado Osvaldo Almeida. Jeferson Fernandes  
150 lembrou de uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2018 que esclarece o papel dos  
151 comitês e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos como órgãos consultivos, deliberativos  
152 e normativos, e do INEA (ou a antiga Serla) como o órgão executor da política pública. José  
153 Armando Ribeiro Barreto complementou, citando a Lei nº 5.101 de 2007, que criou o INEA e  
154 transferiu as competências da FEEMA, Serla e IEF, consolidando o INEA como o executor das  
155 atribuições desses três órgãos. Thais Nacif informou sobre a abertura de um edital com três  
156 vagas para participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob),  
157 uma vaga para cada segmento, e convidou os interessados a manifestarem interesse até  
158 sexta-feira, dia 15/08. José Armando Barreto, que já havia encaminhado um e-mail solicitando  
159 que o comitê custeasse sua ida ao Encob, agradeceu a iniciativa e Thais pediu para quem caso  
160 mantenha o interesse, responda novamente ao edital para participar do processo de seleção.

161 **Item 7 – Encerramento:** Reunião encerrada pelo Diretor Zenilson Coutinho às 16h34. A  
162 presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto (Agevap) e depois de  
163 aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de Bacia  
164 Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



**Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)**  
Diretor Presidente



**Luiza Figueiredo Salles (Ecoanzol)**  
Diretora Secretária